

A relação entre os mal-entendidos e as implicaturas conversacionais: uma investigação preliminar

Rodrigo Jungmann

Universidade Federal de Sergipe

Resumo

É amplamente reconhecido que um tratamento adequado da comunicação humana não pode esgotar-se no nível do significado literal dos enunciados. É também necessário examinar o que é transmitido no nível pragmático das implicaturas conversacionais. Partindo de pressuposto claramente plausível de que grande parte dos mal-entendidos é de ordem pragmática, defendemos a tese de que mal-entendidos desse tipo podem ser vistos como implicaturas conversacionais meramente putativas. Nos termos da análise de inspiração griceana aqui oferecida, os mal-entendidos em questão envolvem, em vários casos, implicaturas conversacionais canceláveis em princípio, mas que, por razões diversas, não são de fato canceladas. Nosso objetivo ulterior é o de dar os passos iniciais para uma tipologia de mal-entendidos gerados pragmaticamente.

Palavras-chave: implicaturas conversacionais, mal-entendidos, pragmática

Abstract

It has been widely acknowledged that any proper treatment of human communication must go beyond the analysis of the literal meaning of utterances. It is further necessary to examine what is conveyed at the pragmatic level of conversational implicatures. On the plausible assumption that a good many misunderstandings are pragmatic in nature, I argue for the thesis that misunderstandings of this kind are properly to be regarded as instances of merely putative conversational implicatures. In keeping with the Grice-inspired analysis offered in this paper, I argue that the misunderstandings that concern us here often involve conversational implicatures which, while cancelable in principle, are not, for a number of reasons, actually canceled. My further goal is to take some initial steps aimed at providing a typology of pragmatically generated misunderstandings.

Keywords: *conversational implicatures, misunderstandings, pragmatics*

Neste trabalho, pretendemos lançar alguma luz sobre uma classe de mal-entendidos. Temos em mente aqueles que não surgem no nível semântico ou sintático, mas sim no nível pragmático. Tomamos como ponto de partida a teoria de Grice sobre as implicaturas conversacionais particularizadas. As implicaturas desse tipo devem ser distinguidas das implicaturas generalizadas, cuja geração independe de quaisquer especificidades contextuais.¹

¹ É virtualmente inevitável que o proferimento de uma oração “Arrombei uma casa no meu bairro dias atrás” sugira a quem a ouça ou lê, em qualquer contexto de emissão, que a casa arrombada pertence a um indivíduo distinto da pessoa que a profere. No caso das implicaturas particularizadas, as especificidades do contexto em que uma oração é emitida podem fazer uma grande diferença pelo que respeita ao que é implicado.

Nossa hipótese de trabalho é a de que é possível ver os mal-entendidos de natureza pragmática como implicaturas conversacionais meramente putativas ou aparentes. Pretendemos ainda dar passos iniciais no sentido de criar uma tipologia dos mal-entendidos de origem pragmática.

Julgamos que uma atenção desproporcional foi tradicionalmente conferida aos casos de comunicação bem-sucedida no nível pragmático. Não é fora de propósito iniciarmos no estudo daquelas situações em que a comunicação falha.

Afinal, mal-entendidos são ocorrências absolutamente ubíquas nas relações humanas. Algo será ganho se tivermos uma melhor compreensão de mecanismos subjacentes à sua produção. E se o pudermos fazer por referência a uma teoria já bem estabelecida da comunicação no nível pragmático, a saber, a de Grice, há o benefício adicional da continuidade teórica assim estabelecida para o tratamento de casos em que tal comunicação é bem-sucedida e casos em que ela não é.

Por conveniência expositiva, não faremos uma revisão abrangente da teoria de Grice. Basta-nos notar, de início, que todo falante maduro de uma língua qualquer sabe que é perfeitamente possível comunicar aos nossos ouvintes ou leitores – dizer-lhes em sentido amplo – mais do que é estritamente veiculado pela compreensão que venham a ter do significado literal das orações que proferimos.

Assim, por exemplo, o motorista de táxi que ouve de seu passageiro uma pergunta, possivelmente em tom irritado, como “Dá pra ir mais rápido que isso?” normalmente julgará que o passageiro quis fazer-lhe mais do que uma indagação meramente factual sobre a possível velocidade que seu táxi pode alcançar; o motorista normalmente depreenderá da pergunta acima que o passageiro está descontente com o seu desempenho ao volante.

Podemos tomar a proposição expressa por “Eu estou descontente com o seu desempenho ao volante” como sendo contextualmente transmitida pela pergunta “Dá pra ir mais rápido que isso?”. A proposição em tela é, no vocabulário griceano, uma “implicatura conversacional”².

Em termos bastante gerais, pode-se dizer que a existência das implicaturas conversacionais decorre do pressuposto tacitamente partilhado de que os falantes de uma língua aderem em larga medida às chamadas “máximas conversacionais” e ao “Princípio Cooperativo” e que, mesmo quando violam alguma das máximas, mantêm-se ao menos nos limites do que é requerido pelo Princípio Cooperativo.

Como já dissemos, não pretendemos aqui uma revisão detalhada da teoria. Será suficiente para nossos propósitos imediatos meramente definir os termos técnicos mais pertinentes. Para tanto, valemo-nos da lúcida exposição de Levinson (2007) em sua tradução para o português:

O princípio cooperativo

Faça sua contribuição quando for exigido, na etapa na qual ela ocorre, pelo fim ou direção aceitos da troca convencional em que você está envolvido.

A máxima de qualidade

Tente fazer com que sua contribuição seja verdadeira, especificamente:

- (i) Não diga o que acredita ser falso.

² Não há problema para nós o fato de a implicatura ser transmitida pela emissão de uma pergunta. Seria sempre possível uma reformulação empregando uma afirmação como “Eu me pergunto se dá pra ir mais rápido que isso” e veicular a mesma implicatura conversacional. Nesse exemplo, o uso de uma pergunta soa mais natural em nosso idioma.

- (ii) Não diga coisas para as quais carece de evidências adequadas.

A máxima da quantidade

- (i) Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto for exigido pelos presentes fins do intercâmbio.
- (ii) Não faça com que sua contribuição seja mais informativa do que é exigido.

A máxima da relevância

Faça com que sua contribuição seja relevante.

A máxima do modo

Seja perspicuo e, especificamente:

- (i) Evite a obscuridade.
 - (ii) Evite a ambigüidade.
 - (iii) Seja breve.
 - (iv) Seja ordenado.
- (LEVINSON, *Op. cit.*, p. 126-27)

Segundo Grice, para toda implicatura conversacional particularizada, é possível em tese construir um argumento dando conta do porquê de se ter a implicatura gerada.

De fundamental importância para a tese que desenvolvemos neste artigo é a noção de *cancelabilidade*. O exemplo dado já servirá para uma breve exposição informal de tal noção. Não é difícil imaginar que o motorista de táxi pudesse manifestar ante a emissão de “Dá pra ir mais rápido que isso?” alguma reação evidenciando desconforto pessoal, que talvez o levasse a desculpar-se e tentar dirigir mais rapidamente. Consciente de poder ter suas palavras interpretadas dessa forma, o passageiro poderia antecipar-se e evitar o previsível desconforto, acrescentando à emissão anterior algo como “Sei que a culpa não é sua.

Estou notando que as estradas estão esburacadas e que o trânsito está infernal”. A implicatura “Eu estou descontente com o seu desempenho ao volante” seria assim cancelada. A cancelabilidade, segundo Grice, é uma característica presente em todos os casos de geração de implicaturas conversacionais particularizadas.

É ainda digno de nota que a noção em exame põe em evidência uma diferença crucial entre implicaturas conversacionais e implicações lógicas. É costumeiro no linguajar dos pragmaticistas afirmar que uma afirmação p implica conversacionalmente q . Isso, contudo, deve ser tomado como tendo valor apenas *prima facie*, visto que uma implicatura conversacional particularizada é sempre cancelável. Um falante que, ao emitir p , julga que, contrariamente às suas intenções, tal emissão produzirá no seu ouvinte a impressão de que o falante pretendeu adicionalmente implicar que q pode negar, sem contradição, que pretendeu fazê-lo. O caso é bem diferente no que toca às implicações lógicas. Seria absurdo e contraditório, por exemplo, que alguém afirmasse ambas as premissas de um *modus ponens* e, em seguida, negasse que a conclusão é forçosamente acarretada pelas premissas.

Traduzimos a seguir a passagem em que Grice expõe o raciocínio em que um ouvinte O poderia tornar explícito para justificar sua crença em que o falante F, ao dizer p , implicou adicionalmente q pelo mecanismo de implicatura conversacional.

Tomamos a liberdade de pôr em itálico e numerar três suposições fundamentais para o raciocínio do ouvinte.

Ele disse que p ; não há razão para supor que ele não esteja observando as máximas ou, ao menos, o Princípio Cooperativo; *ele não poderia estar fazendo isso se ele não pensasse que q ; ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que eu posso ver que é necessária a suposição de que ele pensa que q (1); ele não fez nada para me impedir de pensar que ele pensa que q (2); ele quer que eu pense ou, ao menos, está disposto a deixar que pense que q (3); e,*

portanto, ele implicou que *q*.” (GRICE, 1989, p. 31, grifo nosso)

Em (1), Grice expõe a suposição do ouvinte quanto ao que o falante *pensa*. Em (2) e (3), estão presentes suposições sobre o que o falante *pode* e sobre o que o falante *quer*. (Embora (2) nada nos diga expressamente sobre o que o falante pode fazer, claro está que o ouvinte pressupõe a *possibilidade* de que o falante tivesse agido de modo diverso).

Restará claro no restante dessa apresentação que problemas *em qualquer um desses três âmbitos de suposição* podem dar ensejo a mal-entendidos.

Capturando o essencial na formulação completa de Grice, podemos dizer que uma genuína implicatura conversacional (IC) pode ser posta nestes termos:

IC: F afirma *p* a O e, ao fazê-lo, implica a proposição *q*, sendo conhecimento partilhado entre F e O que *q* é implicado.

Por sua vez, os mal-entendidos pragmaticamente gerados (MEPG) se dão quando O ou F se engana quanto ao que julga ter sido a proposição implicada. Na maior parte dos casos a serem vistos aqui, diremos que os MEPG surgem quando implicaturas conversacionais meramente aparentes, doravante, implicaturas conversacionais putativas (ICP), *não* são canceladas. Podemos distinguir entre implicaturas conversacionais putativas que envolvem incompreensões da parte do ouvinte e implicaturas conversacionais putativas em que as incompreensões são do falante. Doravante, serão aqui chamadas de ICPO e ICPF.

Começemos pelas implicaturas do primeiro tipo:

ICPO: F afirma *p* a O. O julga que F pretendeu implicar *q*, mas esse não é realmente o caso. A ICPO configura um MEPG quando *não*

chega a ser cancelada. O mal-entendido é do ouvinte, no sentido de que é o ouvinte que crê erroneamente que uma implicatura tenha sido veiculada pelo falante.

Isso pode ocorrer numa variedade de cenários diversos, quais sejam:

- a) Simplesmente não é verdadeiro que, ao emitir p , F pensa que q , ao contrário do que O concluiria na reconstrução griceana. Obviamente, F não cancelará a ICP que O julga ter sido gerada.

Ex.: *De um professor para um aluno que se exasperou estudando Frege e Russell*: “Você verá na próxima unidade que a pragmática de Grice é bastante excitante, o que não significa dizer que seja muito mais fácil que Frege e Russell”. [Tomemos essa longa assertiva como p .]

O aluno pensa que o professor pensa que ele deseja ardentemente estudar uma matéria mais fácil e que nenhum outro motivo justificaria a emissão de p . O aluno conclui, portanto, que o professor pretendeu adicionalmente implicar q , sendo que aqui podemos tomar a proposição “O aluno deseja que lhe seja exigido um esforço menor” como sendo q nesse exemplo.³

Se tal fosse o caso, o único problema apresentado pelo aluno com relação a Frege e Russell seria o nível de dificuldade representado por esses autores. Na verdade se se sentisse à vontade para expressar sua opinião, o aluno diria que problema essencial subjacente à sua exasperação é que ele acha a matéria aborrecida e alheia à vida cotidiana e a seus interesses.

³É evidente que se poderia objetar que a afirmação feita pelo professor poderia muito bem ter alguma outra razão de ser. Isso é certamente verdadeiro. Mas a essa objeção o autor responde que a incompreensão do que um falante pretendeu comunicar é precisamente um aspecto típico dos mal-entendidos; quem entende mal não consegue atinar com as reais motivações do seu interlocutor. Fatores dos mais diversos podem subjazer a tais ocorrências e não há razão para descrever que propensões inclusive psicológicas desempenhem um papel importante.

Em tese, o aluno poderia justificar sua crença quanto à implicatura que julga ter sido transmitida pelo professor nos termos do esquema de justificação griceano anteriormente transcrito, com p e q assumindo os valores visto.

Sendo orgulhoso, o aluno mantém-se calado e se sente um tanto ofendido, visto se sentir um rapaz esforçado. O professor jamais pensou o que o aluno toma por conversacionalmente implicado, a saber, que o aluno reage negativamente a Russell e Frege por desejar estudar algum tema que demande um esforço menor. Mas, nas circunstâncias, não pode cancelar a implicatura putativa gerada. (É o caso em que a suposição de partida sobre o que *pensa* o interlocutor já está equivocada.)⁴

b) F não pensa que q nem *quis* que O pensasse que F pensa que q . Mas, ao dar-se conta de que O pode julgar que F pensa que q , F não chega a cancelar q . Nesse cenário, o não-cancelamento da IPC resulta num MEPG. O não-cancelamento, por seu turno, pode se dar por razões como as que passamos a elencar:

i) Algum impedimento alheio à vontade de F o impede de cancelar q .

(F não pensa que q quer cancelar q , mas *não pode* fazê-lo.)

Ex.: *Indagado por um conhecido se já experimentou maconha, um homem responde enfaticamente: “Eu jamais faria isso!”* (Essa assertiva seria p no caso presente.)

Dá-se conta de que isso pode soar como uma crítica moral aos que já experimentaram, inclusive, talvez, o ouvinte. Em termos griceanos, o homem do exemplo pensa ter implicado

⁴O exemplo é adaptado de uma ocorrência real. Em diálogo com um aluno bastante capaz, o autor inocentemente fez uma afirmação semelhante a p nesse exemplo. O aluno real manifestou claramente seu desconforto, o que levou o professor a reparar o mal-entendido. Já o aluno do exemplo cala-se e o professor não sabe que suas palavras são tomadas como ofensivas.

conversacionalmente que julga o ato experimentar maconha como moralmente repulsivo. Pensa ter implicado que “Experimentar maconha é moralmente repulsivo”, q neste exemplo. O falante gostaria de acrescentar algo como: “Mas não condeno quem já tenha experimentado. Trata-se de uma postura puramente pessoal de minha parte”, o que serviria como assertiva para cancelar a implicatura que julga ter sido como gerada. Contudo, não surge outra uma oportunidade de fazê-lo (ou, ao menos, uma oportunidade adequada).

- ii) F não se importa que O permaneça em erro. Aqui as possibilidades são difíceis de expor à exaustão. A suposição feita por O de que F pensa que q pode ser tida por F como de pouca importância ou agradável a O. Ou talvez F venha a sentir prazer com o erro de O. É ainda possível que F perceba *ex post facto* que lhe convém que O pense que F pensa que q .

(O que caracteriza esse cenário é que F não pensa que q , não quis inicialmente que O pensasse que F pensa que q , mas, ao perceber o erro de O, F *não quer* corrigir a crença errônea de O de que F pensa que q .)

c) *Uma pessoa em sérios apuros financeiros diz*: “Nossa, estou sem um tostão.” (p , no exemplo). O ouvinte vê nisso um pedido de empréstimo, tomando, uma vez mais, como conversacionalmente implicada a assertiva “O falante deseja que eu lhe empreste algum dinheiro” (q), quando, na verdade, o queixoso estava só reclamando da vida em voz alta. Ao lhe ser oferecida uma soma em dinheiro, o falante deixa de cancelar a implicatura putativa de que queria um empréstimo e o aceita. São várias as possibilidades. A quantia pode ser pequena ou, ao menos, pequena para quem empresta. Ou, ainda, o falante pode não querer parecer orgulhoso, talvez queira ser agradável ao seu conhecido, ou pode estar agindo por simples oportunismo, etc.

É provável que, na geração das ICPOs mencionadas, a pressuposição de que F obedece à *máxima de relevância* desempenhe um papel fundamental no raciocínio do ouvinte. Isso não significa dizer que outras máximas sejam desrespeitadas, mas tão-somente que o ouvinte em cada caso se vale muito especialmente do pressuposto de que o falante pretendeu fazer afirmações relevantes nos seus contextos de emissão. Em cada caso, o ouvinte crê que as implicaturas foram geradas mediante os mecanismos expostos por Grice. Assim pensa por julgar que o autor das afirmações em tela pretendeu atender à máxima de relevância, sendo certo que o ouvinte Crê que o autor das afirmações não as teria emitido de forma, por assim dizer, gratuita. Crê, ao contrário, que as afirmações entendem a um propósito ulterior, passível de ser aclarado, em cada caso, pelas circunstâncias em que são feitas. De toda sorte, valeria a pena investigar se as outras máximas conversacionais poderiam também dar ensejo ao surgimento de ICPOs.

O que levaria um ouvinte a pensar que o falante gerou uma implicatura quando este não é em absoluto o caso? O problema merece estudo.

Como o próprio Grice relata, fatores contextuais de cunho linguístico ou extralinguístico e o grau de conhecimento de *background* partilhado pelos interlocutores são aspectos cruciais na geração de implicaturas conversacionais. Parece-nos que os mesmos fatores podem estar presentes e atuando nos casos em que as implicaturas são meramente putativas.

Com efeito, diz-nos Grice:

Para depreender que uma implicatura conversacional está presente, o ouvinte se apoiará nos seguintes dados: (1) o significado convencional das palavras usadas; (2) o Princípio Cooperativo e suas máximas; (3) o contexto, quer linguístico ou não, da emissão; (4) outros itens de conhecimento de background; e (5) o fato (ou suposto fato) de que todos os itens contemplados nas

rubricas previamente indicadas estão disponíveis para ambos os participantes e que ambos os participantes pressupõem que este é o caso. (GRICE, Op. Cit, p. 31, grifo nosso)

Conquanto Grice não dirija sua discussão para os casos em que, nos nossos termos, falha a comunicação por meio de implicaturas conversacionais, merece registro o fato de que, com sua característica atenção às mais finas nuances linguísticas, ele introduz em sua apresentação uma ressalva que, a nosso ver, se reveste da máxima importância. Ele a expressa com o simples comentário parentético: “ou suposto fato”.

Ora, certamente, é possível que seja falsa a suposição de que são partilhados todos os itens que, se conhecidos, mostrar-se-iam relevantes em contexto, podendo evitar os mal-entendidos aqui tratados como implicaturas putativas.

Poder-se-ia objetar que, nos exemplos clássicos fornecidos por Grice, as implicaturas surgem com grande naturalidade, de maneira nada idiossincrática. Com efeito, no famoso exemplo do professor de filosofia que, numa carta de recomendação para um ex-aluno aspirante a um emprego em outra instituição, limita-se a informar que o referido aluno é pontual e dono de uma bela caligrafia, as palavras efetivamente escritas levariam praticamente quaisquer leitores da carta à conclusão inapelável de que o professor pretendeu implicar conversacionalmente que o ex-aluno não é bom em filosofia. Isso certamente não surpreende. Grice dificilmente teria, no próprio artigo em que expõe o conceito de implicatura conversacional de forma pioneira, recorrido ao uso de exemplos em que a geração das implicaturas se pudesse mostrar duvidosa.

Não decorre disso, todavia, que haja qualquer previsibilidade, por assim dizer, algorítmica na geração de implicaturas conversacionais.

E, de fato, Grice cerca-se de alguns cuidados para prevenir qualquer inclinação por parte de seus intérpretes a conceber as implicaturas em moldes algorítmicos.

A própria noção de cancelabilidade não teria razão de ser se Grice desconsiderasse a possibilidade de que um indivíduo possa notar que suas palavras, uma vez proferidas, são suscetíveis de implicar alguma proposição ou proposições que não integram suas intenções comunicativas.

Ajunte-se a isso a explícita admissão feita por Grice, como vimos há pouco, de que pode ser falsa a suposição de partilha plena, entre falante e ouvinte, de todas as informações potencialmente relevantes em contexto.

É precisamente por notarmos os cuidados de Grice quanto ao que pode *não* dar certo na comunicação interpessoal que nos parece que sua teoria pode nos oferecer um adequado balizamento teórico para a análise dos casos em que, nos nossos termos, implicaturas meramente putativas não canceladas podem dar ensejo a mal-entendidos.

Em caráter puramente informal, exploramos abaixo alguns fatores contextuais que poderiam estar presentes nos casos já considerados. Em todos eles, há uma falta crucial de algum conhecimento partilhado, do qual o mal-entendido resulta.

O aluno em a) pode ser uma pessoa de temperamento defensivo e julgar idiossincriticamente que o professor só mencionaria a dificuldade de uma matéria naquele contexto se julgasse que só isso daria razão de ser a afirmação feita. Para o professor, o comentário é relevante como mera informação genérica. O falante em b) pode costumar ser enfático sem intenção moralizante, o que talvez não seja de antemão sabido por seus interlocutores, para os quais, tamanha ênfase só se justificaria num contexto de crítica moral. O pobretão em c) pode ter o hábito de se queixar sem nada esperar, ao passo que o seu ouvinte

pode ter uma ampla experiência com pessoas que nunca se queixam sem propósitos ulteriores.

Resta-nos ainda investigar os MEPGs em que os mal-entendidos são do falante. Para isso, introduzimos a definição de ICPF:

ICPF: F afirma p a O. Há duas possibilidades. 1) F afirma p sem a intenção de implicar q e 2) F afirma p pretendendo implicar q , mas não tem sucesso.

Consideremos o primeiro caso: ICPF1: Embora F, ao afirmar p , de fato pense que q , ele não quis que O concluísse que F pensa que q . Pode, não obstante, ter proferido p descuidadamente por ter julgado que O não tem alcance intelectual para concluir que F pensa que q . Naturalmente, F não cancelará q , por não saber que q é acessível a O. O justificaria a implicatura de que q à maneira griceana habitual. *A implicatura é apenas putativa porque o falante não sabe que o ouvinte sabe que ele, o falante, pensa que q .*

Ex.: *De um funcionário público para um subalterno a quem tem na conta de intelectualmente incapaz. “Você toma muito cafezinho” (p , nesse exemplo). Ao fazer tal afirmação, o funcionário público pensa que o indivíduo a quem se dirige é um funcionário relapso, que se ausenta do serviço a todo instante, mas não tem intenção de ser entendido dessa forma e pensa que não será. Contudo, engana-se, visto que o ouvinte é capaz de raciocinar como se o falante tivesse pretendido implicar que a proposição “O ouvinte é um funcionário relapso.” (q , aqui). No caso em tela, o ouvinte pensa erroneamente que o falante quis implicar que q .*

Consideremos agora o segundo caso: ICPF2: Embora F, ao afirmar p , de fato pense que q e tenha a intenção de implicar q , F crê erroneamente que O captou sua intenção comunicativa, mas esse não é o caso. *A implicatura é meramente putativa, porque o falante julga que o*

ouvinte crê que q foi implicado, quando, na verdade, este não é o caso. Neste último caso, em particular, não cabe falar em cancelamento (ou, mais precisamente, na ausência de cancelamento), visto que F deseja implicar que *q*.

Ex.: *Um professor universitário diz a um colega: “Armando Nogueira foi o Píndaro do Brasil.” (p), pretendendo implicar conversacionalmente a proposição “Armando Nogueira louvava os esportistas contemporâneos com o mesmo talento com que Píndaro saudava as façanhas dos atletas olímpicos da Grécia antiga.”, (q).* Por não saber quem foi Píndaro o ouvinte cala-se e finge ter entendido. Na verdade, não sabe o que o professor quis implicar.

Não pretendemos, neste trabalho, sugerir que todos os mal-entendidos de ordem pragmática guardem relação necessária com a geração de implicaturas conversacionais putativas. Tentamos, contudo, chamar a atenção para um bom número de casos em que a existência de tal relação nos parece sumamente plausível.

O leitor deste artigo terá notado que o autor, tendo em vista seus propósitos imediatos, dedica uma atenção exclusiva à teoria das implicaturas conversacionais de Grice. Não se pretende sugerir com isso que o autor nutra qualquer despreço pela rica literatura em pragmática produzida na esteira dos esforços pioneiros de Grice. Alguns títulos são citados na bibliografia para o leitor que deseje familiarizar-se com desdobramentos mais recentes que, em alguma medida, pretendem alargar o panorama griceano e ao mesmo tempo submetê-lo a críticas de natureza variada. O autor julga, contudo, que sua escolha metodológica foi acertada. É de se notar que este artigo não é obra de erudição nem de exame detalhado de quadros teóricos já bem desenvolvidos. É, antes, obra de exploração em um terreno largamente descurado até o momento.

Visto que tal foi nosso intento, pareceu-nos acertado, pelo momento, investigar as possibilidades de uma teoria em particular, que,

além de influente, é amplamente estudada em nosso meio acadêmico, tanto por estudiosos da filosofia quanto por seus colegas na linguística.

O desejável alargamento do âmbito de nossa investigação deverá ser objeto de labores vindouros que poderão redundar em textos de nossa própria lavra ou de colegas interessados em seguir a mesma trilha.

Referências

- CAPPELEN, H; LEPORE, E. *Insensitive semantics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2005.
- CARSTON, R. *Thoughts and utterances*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2002.
- GRICE, H. P. *Studies in the way of words*. Oxford: Blackwell, 1989.
- LEVINSON, S. C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- RECANATI, F. *Literal meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SPERBER, D; WILSON, D. *Relevance*. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 1996.
- SZABÓ, Z. G. *Semantics versus pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2005.